

REPUBLICANISMO OU REPUBLICANISMOS? IDEIAS DE REPÚBLICA NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 1887-1889

 *Karulliny Silverol Siqueira**

RESUMO

Este artigo discute a experiência republicana vivenciada no Espírito Santo durante os últimos anos do Império. A análise das linguagens políticas na imprensa local demonstra a adesão do ideário de República centrada no sul da província, a partir da fundação do primeiro Clube Republicano, em 1887. Examinamos, desta forma, o projeto republicano liderado pelo núcleo existente nesta região e a composição inicial do grupo. Além disso, indicam-se as principais vertentes políticas e ideias inseridas na linguagem republicana dos divulgadores do sul. Neste sentido, investigamos como o republicanismo remodelou a dinâmica interna da província, o vocabulário, e as práticas políticas locais. Por meio das significações assumidas pela República no Espírito Santo, apresentamos ao final o viés pluralista do movimento republicano no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Republicanismo – linguagem política – imprensa.

¹ Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Vitória – Espírito Santo – Brasil.

* Doutora em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, Professora de História no Departamento de Arquivologia (UFES).

REPUBLICANISM OR REPUBLICANISMS? IDEAS OF REPUBLIC IN THE PROVINCE OF ESPIRITO SANTO (1887-1889)

ABSTRACT

This paper discusses the republican experience in the Espírito Santo province during the last years of the Brazilian Empire. The analysis of political rhetoric in the local press shows a strong support to the republican movement in the southern part of the province since the foundation of the first Republican Club there in 1887. Thus, we look into the republican project developed by this group in that region and who were the people behind such organization. Besides that, we single out the main political ideas and arguments composing the southern republican discourse. In this regard, an inquiry is conducted as well on how republicanism shaped the province's dynamics and its respective political practices. Through the meanings then conferred on the idea of republic in the Espírito Santo province, the pluralist bent of the Brazilian republican movement is eventually brought to the fore.

KEYWORDS

Republicanism – political language – press.

Novas perspectivas do movimento republicano: as experiências de República nas províncias

Nas décadas de 1980 e 1990, também como consequência do desenvolvimento dos programas de pós-graduação, identifica-se uma série de novos estudos sobre a propaganda republicana e os projetos de república em voga nos últimos anos do Império. A partir desse período, os trabalhos exibiram novos direcionamentos de análise ao investigarem o republicanismo e os primeiros anos de consolidação da República. Entre os novos enfoques, emergiram diferentes perspectivas que passaram a valorizar a significação da República no cenário político regional e os arranjos políticos que surgiram junto ao novo regime, destacando o papel da circulação impressa, a dinâmica das elites políticas, as novas composições partidárias e a emergência de uma nova cultura política.

Dentre as novas perspectivas para a investigação sobre o movimento republicano no Brasil, destaca-se aqui a importância dos estudos de José Murilo de Carvalho acerca do cenário da propaganda republicana na Corte. Na obra *Os bestializados*², por exemplo, o autor discutiu a relação entre as práticas de cidadania e a consolidação da República no Rio de Janeiro. Já em *A formação das almas*³, ele destacou o pluralismo do ideário republicano no Brasil por meio do imaginário e dos símbolos que sustentaram o pensamento republicano. O autor discutiu a existência de ao menos três modelos de república transitando no final do século XIX, baseados nas ideias difundidas por seus respectivos grupos propagandistas. Para Carvalho, o projeto republicano brasileiro foi formulado a partir da disputa entre projetos baseados no liberalismo americano, no positivismo e no jacobinismo ao estilo francês.

2 CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

3 Idem. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Os escritos de Ângela Alonso⁴ também destacam o contexto político que antecede o advento da República, evidenciando a mobilização de grupos compostos por intelectuais e políticos aliados do poder que, por meio da adesão de teorias políticas, indicavam os percalços colocados por um regime monárquico. Desse modo, o desdobramento da ação política e intelectual iniciada em 1870 traduziu-se em grupos distintos.⁵ Outra contribuição importante para a compreensão do contexto de divulgação do republicanismo e desmonte da monarquia foi desenvolvido por Maria Tereza Chaves em *A república consentida*⁶. A autora identificou em suas pesquisas o papel da imprensa e da circulação de ideias na composição de uma nova cultura política científica que deu base à crítica do regime imperial.

Dentre os estudos que revisam as características da propaganda republicana nos últimos anos do Império, destacam-se também os escritos de Christian Lynch⁷. O autor adverte sobre elementos aristocráticos e oligárquicos em meio ao projeto republicano que foi difundido em 1889. No contexto dos trabalhos mais recentes sobre a temática, cumpre ressaltar a obra de Cláudia Viscardi⁸. A autora retoma o processo de formulação do regime republicano entre a propaganda feita nos últimos anos do Império e o governo de Campos Sales, enfatizando a reflexão acerca do federalismo a partir dos interesses dos estados.

A historiografia que destaca os projetos republicanos que surgem nos primeiros anos do novo regime, em sua maioria, enfatizam elementos regionais. O projeto republicano positivista do Rio

4 ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

5 Dentre estes grupos estavam os *novos Liberais*, os *Liberais Republicanos*, os *Positivistas Abolicionistas*, os *Federalistas Positivistas* do Rio Grande do Sul, além dos *Federalistas científicos* de São Paulo.

6 MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida*. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Edur, 2007.

7 LYNCH, Christian. *O momento oligárquico: a construção institucional da República brasileira (1870-1891)*. História Constitucional, Oviedo, ES, n. 12, p. 297-325, 2011.

8 VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Unidos perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro*. Curitiba: CRV, 2017.

Grande do Sul, por exemplo, foi estudado por Celi Regina Pinto⁹, e a caracterização política do regionalismo deste mesmo estado foi objeto de pesquisa de Joseph Love¹⁰. A estruturação política e partidária que emanou da queda da monarquia em Minas Gerais foi destacada por Maria Efigênia Resende¹¹, que enfatizou as cisões em meio ao republicanismo naquela região. A política de Minas Gerais, a partir de 1889, sobretudo os aspectos que marcaram a aliança com São Paulo – a chamada política do “café com leite” – também se tornou objeto de estudo de Amilcar Martins¹² e Cláudia Viscardi¹³.

As análises, no entanto, ainda se centravam em estudos sobre os estados que demonstraram maior destaque político durante a consolidação da República. A necessidade de se estudar outros estados durante a transição e composição do novo regime foi apontada por Marieta de Moraes Ferreira.¹⁴ A autora questionou a problemática interna dessas localidades, temática ignorada pela historiografia. Segundo Marieta Moraes, a dinâmica política desses estados foi então interpretada a partir de modelos de análise oriundos de estados dominantes. Tal assertiva fez com que a autora direcionasse sua análise para a província do Rio de Janeiro, a fim de aprofundar a investigação sobre os conflitos pelo poder e as diferentes propostas políticas naquela localidade a partir de 1889. Também contribuindo para a

9 PINTO, Celi Regina. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS:1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

10 LOVE, Joseph. *Rio Grande do Sul and Brazilian regionalism, 1882-1930*. Stanford: Stanford University Press, 1971.

11 RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906*. Belo Horizonte: Ed. UFMG: Proed, 1982.

12 MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. *A economia política do café com leite (1900-1930)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG: Proed, 1981; e MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. *O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)*. Tradução Vera Alice Cardoso Silva. Belo Horizonte: Crisálida: ICAM, 2009.

13 VISCARDI, Cláudia Ribeiro. *O Teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

14 FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *A República na velha Província: oligarquias e crise do estado do Rio de Janeiro (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p. 12.

análise sobre o Rio de Janeiro, mas caracterizando a produção mais recente, o trabalho de Surama Conde¹⁵ se destaca em meio à renovação de propostas, pois realiza a caracterização da elite política carioca que dominou o cenário da Primeira República e indica o papel dos partidos no reordenamento do cenário político local.

Desse modo, em diferentes províncias, o ideário republicano também representou a emergência e a circulação de projetos distintos que indicavam a luta por demandas locais. Embora tenha representado um movimento nacional, o republicanismo também assimilou a função de bandeira política entre grupos políticos divergentes dentro de uma mesma província.

Deseja-se, nesta perspectiva, inserir o contexto político da província do Espírito Santo entre os estudos que compreendem a pluralidade do movimento republicano. O republicanismo teria sido uma ideia homogênea na província do Espírito Santo? Quais elementos faziam parte dos projetos de república vivenciados pelos capixabas? E, ainda, como se reorganizou a elite política fiel aos preceitos monárquicos que antes direcionava a política local?

Discutiremos, portanto, a experiência republicana da província, indagando quais foram as apropriações feitas pelos republicanos do Espírito Santo com referência a temas caros ao movimento republicano nacional, como o federalismo, a representatividade e a democracia. Por meio das propostas debatidas pelos propagandistas, é possível identificar a escolha dos conceitos e suas ressignificações na linguagem política dos republicanos no Espírito Santo. Para tanto, faz-se necessário relembrar os principais momentos do movimento em âmbito nacional e destacar como esses elementos foram discutidos dentro do movimento republicano das províncias em que a ideia conseguiu maior adesão, ou seja, Rio de Janeiro e São Paulo.

Sabe-se que a crise política envolveu liberais radicais na década de 1860, o que posteriormente culminou no Manifesto Republicano,

15 PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados... o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, 2011.

em 1870. No entanto, é possível afirmar que, naquele momento, a aceitação do republicanismo não foi homogênea em todo o Império. A adesão das províncias ocorreu de forma gradual e paralela à dinâmica política regional. Foi no Rio de Janeiro, em 1870, que o movimento republicano teve seu ponto de partida com os criadores do primeiro clube. Entre os nomes que compunham a formação inicial do grupo, estavam Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Limpo de Abreu e Francisco Rangel Pestana. De acordo com José Murilo de Carvalho, a atuação dos republicanos foi geograficamente diversificada, sendo a Corte e a província de São Paulo os principais núcleos no início do movimento. O republicanismo também foi sentido em algumas províncias como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Pará, embora somente em São Paulo houvesse a formação de um verdadeiro partido que demonstrou capacidade de organização e de influência eleitoral.¹⁶

Autores como George Boehrer¹⁷, José Murilo de Carvalho e Renato Lessa discutiram e problematizaram o conteúdo do Manifesto de 1870. Eles identificaram que a maioria das propostas do grupo republicano já estava inserida nos debates promovidos pelos liberais na década de 1860. A maioria das reformas discutidas pelos republicanos, como a descentralização administrativa prevendo a autonomia das províncias, bem como a separação entre Igreja e o Estado, já eram defendidas pelo Partido Liberal. Além da preexistência desses ideais na década anterior, Lessa também analisou o caráter retórico do manifesto e identificou duas características principais: a moderação e o tom inespecífico do documento. A tática, argumenta o autor, visava ganhar adesão de diferentes grupos que iam de liberais des-

16 CARVALHO, José Murilo de. *República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891*. Varia Historia, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 141-157, jun. 2011. p. 1. Disponível em: <<https://bit.ly/2FaTnIT>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

17 BOEHRER, George C. A. *Da Monarquia à República: história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954. p. 226-227.

crentes com a monarquia a fazendeiros insatisfeitos com o processo abolicionista.¹⁸

Concordamos neste estudo com autores que identificam a continuidade dos elementos de 1860 nas propostas do grupo republicano que emergiu em 1870. Destacamos, no entanto, que na província do Espírito Santo, as discussões políticas se deram de forma bastante diferente. Contrastando com a Corte, o radicalismo não se destacou nas propostas e na linguagem política da província, agindo como entrave à discussão de tais ideias reformistas ainda em 1860. De fato, no Espírito Santo, as “ideias novas” e a linguagem de crítica ao Império só se sobressaíram a partir de 1870, com a ampliação da esfera literária e da atuação de nova geração política na imprensa.

Como destacou José Murilo de Carvalho, os republicanos utilizavam os mesmos meios de propaganda que os partidos monárquicos, concentrando-se em livros, panfletos, jornais e conferências públicas.¹⁹ A difusão da ideia republicana, no entanto, ainda parecia carecer de maior organização. Foram várias as tentativas de consolidação de um partido em nível nacional, mas a própria divisão do partido Republicano em sessões provinciais acabava destacando as especificidades do movimento em diferentes localidades.²⁰

O republicanismo no Espírito Santo

Em meio ao mapeamento do movimento republicano nas províncias centrais, marítimas e setentrionais, George Boehrer ressalta que essas localidades tiveram ínfima participação na discussão de

18 Renato Lessa salienta ainda que a emergência da propaganda não configurou um processo de amadurecimento de uma ideia utópica do republicanismo. De acordo com o autor, o movimento em 1870 exibia a prevalência da ponderação no lugar da utopia que anos antes esteve presente no discurso republicano dos anos de 1830. LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1990. p.38-39.

19 CARVALHO José Murilo de. *República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891*. Op. Cit., p. 142.

20 FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A Esperança e o Desencanto*: Silva Jardim e a República. São Paulo: Humanitas, 2008 . p. 54.

um projeto republicano para o Brasil, já que pouco influenciaram na queda da monarquia. Curioso, no entanto, é que, ao finalizar a análise do movimento republicano destas províncias,²¹ o autor indica que, mesmo aderindo tardiamente ao processo, a província do Espírito Santo pode ser considerada a única dentre essas localidades a apresentar uma propaganda republicana efetiva. Uma pequena minoria, diz o autor, teria atuado ativamente nesta localidade visando o estabelecimento da República. Na argumentação de Boehrer, a única razão para tal fato seria a proximidade desta província com os maiores centros republicanos do período.

Acreditamos que a localização geográfica do Espírito Santo, principalmente sua proximidade com a Corte, tenha de fato influenciado a circulação das ideias republicanas na província. Este fator, no entanto, pode não ter sido o único elemento que alavancou a propaganda republicana na Província. Perguntamos, nesse sentido, de que minoria falava George Boehrer? Tal grupo teria empreendido uma propaganda homogênea na província? Qual seria a significação do estabelecimento da República para os propagandistas do Espírito Santo?

A existência de diversas linguagens e projetos que disputavam espaço durante a propaganda republicana no cenário nacional, como o jacobinismo, o positivismo e o republicanismo liberal americano, destaca também necessidade de se pensar a ressignificação desses elementos em âmbito regional. A partir das linguagens republicanas disponíveis, quais projetos políticos foram elaborados na província? Questionamos, principalmente, se o recém-inaugurado projeto republicano conseguiu a adesão das elites políticas locais e como isso refletiu na composição política e partidária da Primeira República no Espírito Santo.

21 As províncias citadas por Boehrer na composição desse grupo são: Espírito Santo, Bahia, Amazonas, Goiás, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão e Pará.

Para tal estudo, optou-se pela análise da linguagem política²² de jornais partidários que circulavam na província durante o período de recepção do republicanismo, que vai desde o ano de criação do primeiro clube republicano em 1887, até o fim do Império, em 1889. A fim de analisar o debate sobre o novo regime em diversas óticas na província, lançamos mão de jornais liberais, conservadores e republicanos. Neste mesmo sentido, optou-se ainda pela análise da publicação impressa advinda de diferentes regiões da província, com o objetivo de realizar um levantamento da circulação impressa dos dois principais polos políticos: o sul e o centro.

22 Essa metodologia demonstra que cada contexto linguístico indica um contexto político, social e histórico, no interior do qual a própria linguagem se situa. POCOCK, John G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

Quadro 1

Mapeamento da imprensa política durante a propaganda republicana no Espírito Santo (1887-1889)

Jornal	Ano de Criação	Posicionamento Político	Distrito Eleitoral	Tipografia	Local de Publicação
A Província do Espírito Santo ^{1*}	1882	Liberal	1º	Tip. Da Província do Espírito Santo	Vitória
A Folha da Victória	1883	Conservador	1º	Tip. D'A Folha da Victória	Vitória
A Tribuna	1889	Republicano	2º	Tip. D'A Tribuna	Anchieta
O Constitucional	1885	Conservador	2º	Tip. D'O Constitucional	Itapemirim
O Cachoeirano	1877	Imparcial/ Republicano	2º	Tip. D'O Cachoeirano	Cachoeiro de Itapemirim
A Regeneração ^{2**}	1886	Republicano	2º	Tip. D'A Regeneração	Anchieta

Fonte: Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital.

Embora o repertório linguístico disponibilizado neste período tenha sido modificado pela nova linguagem política difundida pelos núcleos republicanos da Corte e de São Paulo desde meados de 1870, o quadro acima indica que a produção impressa da capital permaneceu atrelada à publicação de jornais de cunho monárquico. Nessa região não houve a criação de uma imprensa republicana até 1889. Ao mapear a imprensa por regiões, nota-se que o centro ainda estava circunscrito no debate político entre liberais e conservadores. Por outro lado, nesse período, o sul já não possuía um órgão liberal. A partir desses dados, conclui-se que todos os jornais republicanos

surgiram na região sul, o 2º Distrito eleitoral da província. O principal órgão dos republicanos foi o periódico *O Cachoeirano*, publicado em Cachoeiro de Itapemirim. Desde sua criação, o jornal repercutiu pela crítica aos partidos monárquicos, mas somente em 1888, com a concretização do Partido Republicano, mudou sua bandeira política.

A contextualização da produção da imprensa política nos fornece ao menos três informações valiosas para compreender a dinâmica política do Espírito Santo no fim do Império. A primeira delas consiste no fato de que a ideia republicana não repercutiu na região central da província, apesar da ampliação da imprensa política e da difusão do ideário positivista e cientificista. Em segundo lugar, a ausência de imprensa veiculada ao Partido Liberal no sul indica que, nesse período, esse partido perdeu força significativa no 2º Distrito eleitoral. A terceira assertiva obtida a partir do mapa da imprensa política enfatiza que o republicanismo atuou especificamente na região sul, onde modificou o vocabulário político na imprensa e compôs um novo projeto político que visava extrapolar a disputa entre liberais e conservadores.

Os republicanos do sul: os questionadores da ordem provincial

No fim da década de 1880, o republicanismo ganhou força política na região sul do Espírito Santo, mais precisamente no município de Cachoeiro de Itapemirim. A localidade pertencia à antiga Vila de Itapemirim, localizada ao sul da província e próxima ao litoral. Em 1864, a freguesia desmembrou-se, tornando-se vila de Cachoeiro.²³ Por volta de 1867, Cachoeiro de Itapemirim adquiriu maior autonomia política proporcionada pela instalação de sua Câmara Municipal

23 Lei Provincial nº11, de 23 de novembro de 1864.

e, ao longo da década, destacou-se como principal centro urbano do sul da província.²⁴

Durante o século XIX, mais precisamente a partir de 1850, o município também ganhou destaque econômico por causa de suas grandes fazendas de café, propiciadas pelos vales da região sul. O café da região seguia para o porto no rio Itapemirim, depois de alcançar sua foz, os produtos comprados por comissários do Rio de Janeiro seguiam pelo mar para a Corte, onde a produção era misturada ao café produzido no Vale do Paraíba, sendo então exportada.²⁵

Nos últimos anos do Império, percebe-se a reconfiguração das grandes propriedades do sul. Embora Vilma Almada²⁶ destaque a produção de café em grandes fazendas com mão de obra escrava ainda para esse período, cabe assinalar os dados levantados por Nara Saletto ao comparar as fazendas localizadas em Cachoeiro com as propriedades cafeeiras do Oeste paulista e do Vale do Paraíba.²⁷ Saletto indica a necessidade de problematizar os resultados obtidos por Vilma Almada, já que, das grandes fazendas destacadas por esta autora para o período de 1850 a 1886, somente três propriedades são da década de 1880. Nas conclusões de Saletto, essa amostragem feita em torno de um período extenso acabou omitindo que, na década de 1880, o número de cafeeiros e de escravos não aumentou e que as grandes propriedades dessa década não eram tão “ricas” como as que existiam nos anos anteriores. Nara Saletto enfatiza, desse modo, a “pobreza da economia cafeeira capixaba”, quando comparada às

24 SANTOS, Adilson Silva. Um republicano histórico no Espírito Santo da primeira república: a carreira De Bernardo Horta De Araújo (1887-1913). Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGHIS-UFES, 2009. p. 25.

25 Nara Saletto indica que “a economia do Itapemirim foi um prolongamento da economia cafeeira fluminense”. A autora destaca que, na maioria das vezes, o café produzido no sul do Espírito Santo não chegava a passar por repartições fiscais na província, seguindo direto para o Rio de Janeiro. SALETTO, Nara. Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930). Vitória: Edufes, 1996, p. 35-36.

26 ALMADA, Vilma Paraíso. A Escravidão na história econômico-social do Espírito Santo. Niterói: Graal, 1981. p. 48.

27 SALETTO, Nara. Op. Cit., p. 41-42.

demais regiões produtoras. Às vésperas da República, Cachoeiro de Itapemirim contava com poucas “grandes fazendas”, que só se destacavam em extensão quando circunscritas no contexto provincial.

Cachoeiro de Itapemirim era a localidade mais importante do 2º Distrito Eleitoral²⁸, enquanto o 1º Distrito era comandado por Vitória, a capital da província²⁹. Durante a década de 1860, os liberais da Região Sul já haviam se destacado pelo acirramento político contra os conservadores por meio dos jornais. Mais de uma década depois, a localidade tornou-se novamente centro das atenções da política local nos últimos anos do Império. Em meados da década de 1870, indivíduos dessa região se uniram em prol da instalação de um Grêmio Literário. A partir da composição do grupo, a circulação de livros, jornais e revistas ampliou-se significativamente naquela localidade.³⁰ As mudanças das práticas de leitura propiciaram a entrada de novo vocabulário político e beneficiaram a circulação de novas ideias. As novas teorias políticas, atreladas ao descontentamento de alguns indivíduos com a política local, fizeram com que um grupo específico naquela região demonstrasse sua insatisfação com a monarquia.

O núcleo inicial do Clube Republicano originou-se a partir da união de alguns indivíduos que residiam naquela região, mas que, em sua juventude, já haviam convivido em outros contextos. Alguns

28 Destaca-se aqui que, de acordo com o Decreto nº 8.111, de 21 de maio de 1881, Benevente foi nomeada como a localidade mais importante do 2º Distrito. No entanto, em termos de discussão política, publicação de impressos e organização partidária, a região do Itapemirim, sobretudo Cachoeiro de Itapemirim, liderava o debate político no 2º Distrito.

29 A organização dos distritos eleitorais efetuava-se da seguinte forma: no 1º Distrito estavam alocados os municípios de Vitória, Serra, Nova Almeida, Santa Cruz, Linhares, Vila da Barra de S. Matheus, cidade de São Matheus e Espírito Santo. Já o 2º Distrito era formado pelos municípios de Viana, Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim, Guarapari, Benevente, Rio Pardo, Alegre, Santa Isabel, Aldeamento Afonsino, São Miguel do Veado e São Pedro de Itabapoana. Sobre a divisão do Espírito Santo em dois distritos eleitorais, ver: BRASIL. Decreto nº 8.111, de 21 de maio de 1881. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1881, Página 495 Vol. 1 (Publicação Original).

30 A partir da análise do jornal *O Cachoeirano*, percebe-se o aumento das atividades do Grêmio literário, assim como a inserção de diversos livros e periódicos que passaram a fazer parte daquele acervo. Além disso, o mesmo periódico indica o recebimento de jornais vindos de outras províncias, sobretudo periódicos republicanos escritos em São Paulo e Minas Gerais.

estudaram no mesmo período no Atheneu Provincial e, mais tarde, foram impulsionados pela sociabilidade política das reuniões do Grêmio Literário e da redação do jornal *O Cachoeirano*. Alguns destes homens eram filhos de membros do Partido Liberal, mas que, diferente de seus pais, até então não haviam logrado êxito na vida política ou social.³¹

O jornal *O Cachoeirano*, que iniciou sua publicação em 1877, desde sua criação apresentou ressalva quanto aos partidos monárquicos na liderança da política provincial. Percebia-se já naquele momento, a célula inicial do republicanismo a partir da crítica à escravidão, do clamor pela liberdade política e da descaracterização de liberais e conservadores como partidos sem projetos políticos concretos. Em maio de 1887, já com dez anos de publicação, alguns participantes da redação do periódico iniciam a convocação para o debate das ideias republicanas. A partir da boa aceitação e do número de interessados em aderir ao ideário republicano, em 23 de maio de 1887, alguns indivíduos se reuniram na casa do advogado Joaquim Pires de Amorim. O quadro a seguir demonstra a composição do grupo:

31 Tal assertiva baseia-se na comparação entre os nomes dos componentes do clube Republicano e os ocupantes dos cargos na Assembleia Provincial, Assembleia Geral e no Senado.

Quadro 2

Membros do Clube Republicano de Cachoeiro de Itapemirim, formado em 1887

Nome	Data de nascimento	Formação	Ocupação
Joaquim Pires de Amorim	-	Direito – Faculdade de São Paulo	Juiz Municipal/Deputado Provincial
Bernardo Horta	1862	Farmácia – Faculdade de Ouro Preto	Farmacêutico
Joaquim Aires	-		Fotógrafo
Julião Armínio de Oliveira	-		Dentista
Antônio Aguirre	1859	Medicina- Faculdade do Rio de Janeiro	Médico
Leopoldo Rocha	-	-	Fazendeiro
Henrique Wanderley	-	-	Guarda Livros
Longo Batista Pereira	-	-	Dentista
João Isidoro Bicalho	-	-	Fazendeiro
João Loyola e Silva	-	-	Redator
Francisco Henrique dos Santos	-	-	Negociante
Rafael de Martino	-	-	Relojoeiro
Antônio Ursini de Toscano	-	-	Negociante

Nome	Data de nascimento	Formação	Ocupação
José Manoel Rodrigues	-	-	Alfaiate
Joaquim Vieira da Mota	-	-	Negociante
Eugenio Aurélio Brandão do Valle	-	-	Negociante
Diogo Pires de Amorim	-	-	Fazendeiro

Fonte: O Cachoeirano.

O Clube Republicano foi composto inicialmente por 17 homens que formaram um grupo cujo perfil era bastante heterogêneo. Apesar dos poucos dados encontrados para os primeiros participantes, destaca-se que havia a predominância de profissionais liberais e uma quantidade ainda pequena de fazendeiros.³² Importante ressaltar que dentre os fundadores, apenas 5 indivíduos eram eleitores³³, o que pode estar relacionado à linguagem de denúncia contra a exclusão política que marcará toda a propaganda republicana. Além do exercício da representatividade, ser eleitor no século XIX também representava a possibilidade de ser eleito para cargos políticos.

Evidencia-se também a atuação dos componentes com ensino superior, pois seriam estes os líderes da propaganda republicana na

32 O estudo empreendido por Aristides Freire (1939) destaca que 37 indivíduos participaram da fundação do Clube Republicano, no entanto, nos baseamos aqui na listagem dada pelo próprio clube por meio da imprensa, na qual se identifica um grupo de 17 participantes. Ver: FREIRE, Mário Aristides. *A República no Espírito Santo: a suposta surpresa do movimento*. Vitória, Revista do IHGES, n. 12, novembro de 1939.

33 A análise foi feita a partir dos nomes que aparecem na fundação do Clube Republicano, comparados à lista de eleitores por distrito disponível nas publicações do *Almanack Provincial*: SILVEIRA, Godofredo da. *Almanak administrativo, mercantil, industrial e agrícola da província do Espírito Santo*. Vitória: Tip. da Província do Espírito Santo, 1884-1889.

província. Os mais jovens, como Bernardo Horta, Antônio Aguirre e Joaquim Pires de Amorim, estudaram fora da Província durante o ensino superior e retornaram para o Espírito Santo em meados de 1880. Pires de Amorim, por exemplo, adquiriu seu fervor republicanista na Faculdade de Direito de São Paulo, onde fez parte da turma de 1863, a mesma na qual estudaram Campos Sales, Prudente de Moraes e Rangel Pestana. Sua turma, após formada, ficou conhecida como a “turma dos republicanos históricos”.³⁴ Bernardo Horta entrou em contato com o republicanismo em Minas Gerais, também no momento da faculdade, e Aguirre trouxe da Corte suas críticas à monarquia. A eles juntaram-se dois dentistas, três fazendeiros, quatro negociantes, um redator, um fotógrafo, um relojoeiro, um guarda-livros e um alfaiate.

O grupo possuía a ideia comum de que a república seria a única salvação da nação brasileira. Segundo os republicanos, somente a queda da monarquia os retiraria do marasmo da política, que, em certa parte, também era consequência da dominação dos grupos monarquistas da capital sobre a política provincial. O programa do Partido Republicano de Cachoeiro, criado em 1887, estabeleceu como principal dogma o sistema federativo. Pretendia ainda combater os partidos monárquicos e lutar pelos ideais de liberdade e igualdade. Além desses argumentos bastante comuns entre os núcleos republicanos no Brasil, o Partido Republicano de Cachoeiro estabeleceu a luta pela autonomia municipal.

Logo após a formação do partido, os grupos monarquistas iniciaram as críticas na imprensa. Os propagandistas foram acusados de serem caluniadores, propagadores de uma ideia “utópica”. Por outro lado, já no mesmo mês de fundação, o jornal *O Cachoeirano* passou a

34 COSTA, Deane Monteiro Vieira. Cachoeiro de Itapemirim – um Clube Republicano e um herói. Estação Capixaba, 2002. Disponível em: <<https://bit.ly/2PsTzs4>>. Acesso em: 13 nov. 2018. Nesse texto encontra-se uma transcrição da fita cassete de entrevista feita com Joaquim Pires de Amorim, neto de Joaquim Pires de Amorim, um dos fundadores do Clube Republicano de Cachoeiro de Itapemirim. Data da entrevista: 3 set. 1999.

receber várias correspondências de outras vilas que demonstravam interesse em fundar um clube republicano em suas localidades.³⁵ O periódico *O Cachoeirano* foi, certamente, o órgão mais importante dos republicanos na imprensa provincial. Criado em 1877 por João de Loyola e Silva, denominava-se “órgão do povo” e era publicado aos domingos na tipografia de mesmo nome, situada na rua 25 de Março, nº 22. Inicialmente, sua assinatura anual custava 10\$000, as linhas de anúncio possuíam o preço de 80 réis, enquanto as “publicações a pedido” eram gratuitas para os pobres. Após esse período, o jornal passou a se denominar “órgão imparcial”, custando 200 réis um exemplar avulso, sendo 11\$000 sua assinatura anual. Por onze anos dedicou-se a propagar os ideais democráticos e a disseminar críticas aos partidos monárquicos, incitando discussões sobre o ideal republicano, e, sobretudo, auxiliando na convocação para a derrubada da monarquia.

Em 1888 o jornal ainda mantinha publicações dominicais, mas desde o ano anterior, com a criação do Clube Republicano, João Loyola percebera a necessidade de manifestar a tendência republicana do periódico. Mudanças contundentes ocorreram a partir do novo direcionamento político do jornal. Além de tornar-se veículo da propaganda republicana, passou a ter a epígrafe em latim: *Qui non prohibet cum potest, jubet*.³⁶ Alguns indivíduos que discordavam do novo credo político, como José Horta de Araújo, retiraram sua participação no periódico. Por outro lado, houve a inserção dos republicanos Bernardo Horta e Antônio Aguirre como redatores oficiais, convidados pelo proprietário João Loyola e Silva.

A análise da trajetória política dos republicanos por meio da imprensa indica que, ao longo da campanha republicana, alguns temas principais ganharam espaço no jornal de Cachoeiro. Ao destacar esses debates, é possível reconstruir as características da linguagem política republicana e os principais conceitos divulgados na propaganda local. Tal linguagem enuncia a formação de um novo projeto

35 O CACHOEIRANO. Cachoeiro de Itapemirim, ano X n. °35, - 28 ago.1887.

36 “Quem não proíbe, quando tal pode, é cúmplice” (tradução livre). *O Cachoeirano*, n. 32, 30 ago. 1888.

político na província e evidencia os sentidos que a república assumiu dentro do contexto político do Espírito Santo do Oitocentos. As significações da república na Província no sul: opinião pública, municipalidade e participação política

Os redatores d'O *Cachoeirano* destacavam que a monarquia era a “causa do mal” do país e responsável pela ausência de opinião pública no Brasil. Diziam os propagandistas: “combata-se o efeito pela causa. Eliminem a monarquia, e este povo, sujeito ao papel de pupilo sem vontade, continuará a pensar por si”.³⁷ Questionavam também a supremacia da vontade do imperador contra a opinião de todos, o que dificultava a representatividade de um cidadão de confiança. Deste modo, questionam se realmente haveria opinião pública no Brasil. O redator advertia:

Por todos esses motivos e por muitos outros que iremos francamente desvendando – reconhecemos a oportunidade da república federativa no Brasil. A nossa felicidade, a nossa prosperidade, o nosso adiantamento, o sermos justiceiramente considerados pelos nossos vizinhos e pelos países estrangeiros dependem do estabelecimento do governo do povo pelo povo e para o povo.³⁸

O grupo criticava também a Constituição, afirmando que o documento havia sido imposto aos cidadãos e que permitia a sobrevivência de um Poder Moderador corrompido, um Poder Executivo que atuava somente em benefício da Coroa, um Poder Legislativo adulterado e um Poder Judiciário que trabalhava a partir da conveniência dos partidos monárquicos.³⁹ Para os republicanos, o Senado também era um grupo a serviço dos interesses do Imperador. Além disso, denunciavam que os ministros do Império não eram especialistas nas pastas que ocupavam, mas apenas convenientes à monarquia.

37 O CACHOEIRANO., Cachoeiro de Itapemirim, ano XI, n.º 2, - 15 jan.1888.

38 O CACHOEIRANO., Cachoeiro de Itapemirim, ano XI, n.º 31, - 20 jul. 1888.

39 loc. cit.

Na pauta dos republicanos do sul também estava o medo do Terceiro Reinado.⁴⁰ Os críticos do governo demonstravam na imprensa a necessidade de não permitir o prolongamento da monarquia brasileira para evitar que a nação fosse arruinada. Durante a conferência “Oportunidade da República”, realizada em Cachoeiro, o orador João Loyola e Silva destacou o 13 de maio como um de seus argumentos de inviabilidade de um suposto governo de Isabel.⁴¹ Para o republicano, a abolição foi feita de forma precipitada e derrubaria bruscamente a lavoura local, além de comprometer toda a nação. O possível terceiro reinado era comparado ao governo de Napoleão III, pois seria um governo comandado por ambiciosos. Viam na princesa Isabel a confirmação de que a monarquia já tinha seus dias contados, pois, segundo Antônio Aguirre, competia somente ao povo o governo de si mesmo: Dizem também alguns monarquistas que o rei constitucional é um delegado do povo. Mentira! Mentira! O rei impõe sempre a sua vontade derrubando ministérios e dissolvendo câmaras quando por acaso se contrapõem ao seu poder supremo. Esta é que é a verdade! O rei não é um delegado porque ele é perpétuo e o povo não pode cassar-lhe o mandato.⁴²

Além de destacar a ausência da vontade do povo na administração política do país, os republicanos indicavam também a incompatibilidade entre a monarquia e a soberania popular. Enfatizava, deste modo, que “a Coroa é incompatível com a dignidade humana”.⁴³

É possível ressaltar que o grupo republicano se via como uma nova elite política em busca de um novo governo que beneficiasse os excluídos do poder. Havia, neste sentido, a retórica que denunciava a permanência de uma elite política rival, a qual vinha dominando por muitos anos o cenário político provincial, sobretudo na capital.

40 O CACHOEIRANO. Cachoeiro de Itapemirim, ano XI, n.º 33, - 12 ago.1888.

41 O CACHOEIRANO. Cachoeiro de Itapemirim, ano XI, n.º 41, - 07 out. 1888.

42 Conferência Republicana de propaganda – do Clube Republicano do Cachoeiro – realizada no dia 13 de setembro de 1888 pelo cidadão João Loyola e Silva. O Cachoeirano, ano XI, n.41, -7 out. 1888.

43 O CACHOEIRANO. Cachoeiro de Itapemirim, ano XI, n.º 3, 22 jan.1888.

Para indicar a distinção com o grupo que liderava a política local, o redator de *O Cachoeirano* destacou em sua coluna que uma sociedade era separada em dois grupos. O primeiro é o que defende a ordem, geralmente no qual se encontram indivíduos que descendem de antigos nobres, grandes proprietários de terra. Estes possuem uma vida mais material do que intelectual e necessitavam que a ordem fosse mantida para a manutenção e seu *status quo*. O segundo grupo abriga o antagonismo do primeiro grupo, constituído por quem tinha a esperança no futuro e não nutria qualquer saudade do passado.⁴⁴ Os republicanos do sul estavam no segundo grupo, almejando lugar na política e na sociedade.

Somente o advento da República, diziam os propagandistas, revelaria a “nova ordem das coisas e novos homens”, o que já se tornava visível pela composição de “homens ilustres” dentro do Partido Republicano. Na visão do grupo, a nova geração política formava o “partido dos virtuosos”, que atuava para “propagar a honra e luta contra os grupos exploradores de poder”. Muitas vezes evidenciavam que eram isolados politicamente na província. Para que a situação se modificasse, o redator de *O Cachoeirano* não hesitava em responder que só havia uma condição para o fim do isolamento: o estabelecimento da república.⁴⁵

Após o mês de julho de 1888, o jornal *O Cachoeirano*, que até então estampava sua denominação de órgão imparcial, passou a se declarar órgão republicano. A partir de então, o núcleo republicano do sul intensificou a propaganda na província, advertindo que advogava por diversas causas, dentre as quais estavam o interesse público e a estigmatização dos partidos monarquistas. Vale lembrar que, desde a sua criação, o jornal apresentava uma linguagem de crítica aos partidos monárquicos, o que fazia com que *O Cachoeirano*, desde a primeira publicação, não assumisse posicionamento político entre liberais e conservadores.

44 O CACHOEIRANO., Cachoeiro de Itapemirim, ano XI n.º 3, 22 jan.1888.

45 O CACHOEIRANO., Cachoeiro de Itapemirim, ano XI, nº 4, 29 jan.1888.

As críticas mais contundentes aos mandos da capital vinham do farmacêutico Bernardo Horta, que foi, certamente, o mais empreendedor em meio à propaganda republicana e um dos mais atuantes na redação do jornal *O Cachoeirano*. Por meio de seus artigos, o Clube Republicano de Cachoeiro exibiu sua insatisfação com o governo vigente e explicou os principais pontos que compunham seu projeto político. A legitimidade da República, para os propagandistas do sul, baseava-se em duas áreas de atuação política: as necessidades provinciais e as demandadas de cunho geral. No primeiro aspecto, tratava-se dos problemas internos, como a escolha dos presidentes de província e a ausência de autonomia das câmaras municipais. Já na perspectiva geral, denunciava-se a centralização política exacerbada por parte da monarquia, compactuada com a elite monarquista da capital.

As denúncias na imprensa evidenciam que os líderes políticos da Corte manipulavam a política provincial com os “fios invisíveis”, em que se percebia o desprestígio dos políticos regionais.⁴⁶ O grupo do sul salientou que o pacto com os mandatários da Corte se dava com o núcleo político da capital. Esse grupo, de maioria monarquista, aceitava candidaturas de pessoas de fora da província em troca da manutenção da posição de liderança na política provincial.⁴⁷ O pacto beneficiava ambos, mas não favorecia a nova geração política que buscava lugar de destaque no cenário local e nacional. A prática, comum em outras províncias de menor peso político, fazia com que o Espírito Santo tivesse, na maioria das vezes, representantes que nunca nem mesmo conheceram a localidade. Segundo os republicanos, a ocupação de cargos por indivíduos “forasteiros” fez com que a província se estagnasse no marasmo político e clamasse pela atenção do poder central, que pouca importância dava ao Espírito Santo.

46 CLÁUDIO, Afonso. História da propaganda republicana. Vitória: Graf. Espírito Santo, 2002. p. 42.

47 GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. p. 64.

Durante todo o Império, na visão dos republicanos, o Espírito Santo representou o “burgo podre”, que nenhuma atenção recebeu do Imperador.⁴⁸ Denunciavam que a província sempre havia sido submetida à vontade da capital, excluída por manobras do poder central. Neste sentido, o resgate da autonomia em torno da representação política tornou-se bandeira entre os republicanos do sul, não somente contra o poder central, mas contra a elite política sediada em Vitória. A república significava, portanto, o fim da subserviência a duas esferas de poder.

Durante o ano de 1888, a propaganda ganhou a adesão de muitos membros, dentre eles, indivíduos que não pertenciam a Cachoeiro de Itapemirim. Afonso Cláudio, residente na capital da província, juntou-se ao grupo republicano do sul e também passou veicular suas críticas na imprensa de Cachoeiro. O advogado foi um dos precursores do abolicionismo na província e propagador das ideias positivistas na imprensa, atuando como redator do jornal liberal *A Província do Espírito Santo*, publicado em Vitória.

Com a propaganda política já efervescente, o Partido Republicano de Cachoeiro de Itapemirim percebeu a necessidade de se organizar para a participação no Congresso Republicano que aconteceu na Corte em outubro de 1888. Para tanto, convocaram o primeiro Congresso Provincial Republicano, que ocorreu em Cachoeiro de Itapemirim. Reuniram-se neste congresso os núcleos republicanos de Cachoeiro de Itapemirim, São Pedro de Itabapoana, São José do Calçado, Alegre, Conceição do Muqui, Castelo e Vitória. Com exceção da capital, todos os demais se localizavam na porção sul da província. Cada clube republicano enviou dois delegados que, reunidos em Cachoeiro, elegeram os cinco delegados que representaram o Espírito Santo no Congresso da Corte. Os eleitos foram Bernardo Horta, Afonso Cláudio, Pedro José Medina, Eugênio Brandão e o jornalista

48 O CACHOEIRANO, Cachoeiro de Itapemirim, ano XI, n.º 45, 18 nov.1888.

João Loyola. Foi eleita também uma comissão permanente para dirigir o partido, composta por membros de várias localidades.⁴⁹

A composição dos delegados demonstrou a ausência da homogeneidade do ideário republicano na província. Não havia, até então, um projeto republicano consolidado em Vitória. Dos dois delegados que representavam a localidade, somente Afonso Cláudio residia na capital, pois João Loyola, o segundo delegado, era o redator d'O Cachoeirano e residente na região sul. Afonso Cláudio já demonstrava há tempos ser uma voz republicana isolada na capital, e até mesmo sua participação na redação do jornal republicano de Cachoeiro demonstrava a ausência de meios para divulgação da nova política no centro da província.

Tal contexto político pode ser explicado a partir da indicação de que alguns projetos políticos circulavam na província no início da década de 1880. Dois deles eram muito ativos em Vitória, onde se via tanto a atuação dos Liberais positivistas, guiados por Moniz Freire, como também a forte atuação de uma cultura política consensual, orquestrada pela elite política monarquista,⁵⁰ que empreendeu um projeto político majoritário desde o início do século XIX. Afonso Cláudio, em sua obra *História da propaganda republicana no Espírito Santo*, abordou em poucas linhas a criação de um tímido núcleo republicano em Vitória. O clube foi organizado pelo próprio Afonso Cláudio, presidente daquele núcleo, que contava com oito pessoas ou pouco mais, de acordo com o próprio autor.⁵¹

Para o 2º Distrito, a República significava mais do que a emergência de novas ideias políticas, já que havia também um sentido

49 A comissão permanente foi composta por Bernardo Horta, Afonso Cláudio, Antônio Aguirre, Pedro Vieira da Cunha e Diogo Pires de Amorim. O Cachoeirano, ano XI, n.º39, - 23 set.1888.

50 É importante, contudo, destacar que também existia no sul a circulação de ideias monarquistas, sobretudo advindas do Partido Conservador. Tal grupo, no entanto, não foi capaz de absorver e controlar a cultura política republicana emergente e formação de um novo partido na região. Em contrapartida, em Vitória o republicanismo não possuía a mesma força e não encontrou terreno fértil para implantar suas ideias.

51 CLÁUDIO, Afonso. Op. Cit., p. 34.

prático na mudança de governo. Na visão dos republicanos do sul, a mudança de governo caracterizava tomar parte na política provincial que, por tanto tempo, estivera nas mãos de uma elite política local que acatava ordens da Corte.

Os republicanos indicavam falhas e incompetências na administração provincial, criticando a rotatividade dos presidentes de província, e, ao mesmo tempo, apontavam irregularidades na divisão das rendas provinciais por parte desses administradores. Na visão dos republicanos, o presidente direcionava a renda quase sempre para os seus partidários. Uma das questões mais discutidas pelos críticos da monarquia na região sul da província foi a desvalorização das municipalidades. Para os propagandistas, o Império fazia das câmaras municipais verdadeiras nulidades, dependentes do poder monárquico.⁵² Com maior autonomia no âmbito municipal, os republicanos acreditavam que problemas, como o desprezo à instrução primária, por exemplo, poderiam ser sanados. Em relação a esse assunto, o jornal republicano apresentou o exemplo de São Paulo para mostrar que a melhor solução para os problemas na instrução primária seria, procedendo como aquela província, entregá-la à esfera das municipalidades.⁵³

A condução das discussões sobre o orçamento municipal por parte da Assembleia provincial também gerou diversas denúncias na imprensa republicana. Em 1884, por exemplo, o legislativo votou pelo aumento de alguns impostos e criou novas taxações.⁵⁴ Os redatores d'*O Cachoeirano* formularam a comparação entre os impostos do orçamento municipal dos biênios de 1883/1884 e 1884/1885, indicando não somente a elevação das taxas, como também a inconstitucionalidade de novos impostos.⁵⁵ A proposta da Assembleia para a arrecadação das municipalidades causaria prejuízo a diversas áreas, afetando o

52 O CACHOEIRANO, . Cachoeiro de Itapemirim, ano XI, n. 31, 20 jul.1888.

53 O CACHOEIRANO, . Cachoeiro de Itapemirim, ano XI , n.º 5, - 05 fev.1888.

54 A Província do Espírito Santo, ano VII, n.º489, - 22 abr. 1884.

55 O CACHOEIRANO, . Cachoeiro de Itapemirim, ano VII, n.º 24, 22 jun.1884.

comércio em geral, como farmácias, drogarias, lojas de fotografias, tipografias, açougues e, sobretudo, os que trabalhavam com qualquer gênero de exportação. Revelavam ainda que alguns impostos eram cobrados de forma diferente a depender da localidade. A taxa sobre abate de animal, por exemplo, em Vitória era menor que em Itapemirim.⁵⁶ Evidenciava-se, neste sentido, o prejuízo dos municípios se comparados à situação da capital.

Durante a propaganda, a fim de intensificar a necessidade da autonomia administrativa, os republicanos acusavam os monarquistas de promoverem um governo irresponsável, repleto de “parasitas”. Na visão dos propagandistas, a república era o governo das responsabilidades individuais, o governo dos que trabalham para o bem geral, o qual geraria nobreza aos cidadãos brasileiros. Além disso, afirmavam que os partidos monarquistas não possuíam elementos necessários para implementar uma reforma no Brasil. A reorganização do país precisava ser feita pelos republicanos. O único sistema no qual as ideias se tornariam realizáveis seria aquele que garantiria a ampla autonomia dos municípios:

No sistema republicano há um todo de ideias homogêneo, coordenado; a realização delas implica a inauguração do sistema. Na engrenagem monárquica as ideias tornam-se verdadeiramente irrealizáveis [...]. Federadas as províncias, é de mister restituir às municipalidades a vida ampla que devem ter; ora, imprimir-lhes semelhante movimento, é fracionar ou anular completamente a solidariedade que a une ao centro de opressão e tanto basta para que a monarquia se oponha. Ou a província representará em escala menor o estudo com todo o cortejo de vexações, ou reviverá nas *municipalidades* as comunas; no primeiro caso há federação e no segundo há federação, mas incompatível com o imperialismo. [...] A república é a solução única, imediata e necessária do problema atual, queira ou não queira a liga monárquica.⁵⁷

56 Dentre os aumentos nos impostos para aquele ano, houve ainda a criação da taxa que instituiu imposto de 50 réis a cada 50 kilos ou 80 litros de produto exportado. O Cachoeirano, ano VII, n.º 34, - 31 ago. 1884.

57 O CACHOEIRANO, . Cachoeiro de Itapemirim, ano XI, n.º n. 37, - 09 set.1888.

O federalismo era usado na linguagem política republicana de *O Cachoeirano* para denunciar a centralização excessiva do estado monárquico e evidenciar a demanda por autonomia que não estaria restrita apenas à província, mas também aos municípios. Para os republicanos do sul do Espírito Santo, a retórica que engajava o federalismo na propaganda local trazia também em si a valorização das câmaras municipais diante das prerrogativas políticas, o que demonstra a demanda pela valorização do município de Cachoeiro de Itapemirim. Assim como na linguagem federalista paulista, os republicanos de Cachoeiro também padeciam do descompasso entre poder econômico e poder político. Mesmo com posição de destaque na produção cafeeira, a tomada de decisões ainda era feita por políticos da capital.

Os partidários da causa republicana explicavam ao povo capixaba que desejavam a república federal porque apenas nessa forma de governo as províncias possuiriam a prerrogativa de nomear seus governadores, assim como administradores nos municípios. Era a federação, segundo eles, que definia a função do Estado como garantidor de direitos, respeitando as autonomias, derrubando a prevalência do centralismo político, que, para os republicanos, apenas sustentava a aristocracia burocrática: “a república federal é a distribuição da vida por todo corpo social”.⁵⁸

É interessante destacar a significação do conceito de federalismo para os republicanos que redigiam *O Cachoeirano*. Se por um lado a federação passa a compor a tônica do debate requerendo maior autonomia provincial, por outro, seu uso também denuncia que, para a consolidação de tal autonomia, também era necessário o fortalecimento das municipalidades, por meio do redirecionamento da condução da política local para Cachoeiro de Itapemirim, e não para a capital. As indicações de Renato Lessa⁵⁹ auxiliam na compreensão do conceito de federalismo para republicanos. Para o autor, ao contrário

58 O CACHOEIRANO, . Cachoeiro de Itapemirim, ano XII, nº n. 8, - 2 dez.1889.

59 LESSA, Renato. Op. Cit.

dos americanos, os republicanos no Brasil apresentaram o federalismo sem relação alguma com a tradição liberal e individualista. Lesa ressalta que na perspectiva republicana brasileira os direitos não eram requeridos pelos indivíduos, mas transferida da centralização imperial para as províncias. A ideia federalista, no sentido brasileiro, significava novas formas de domesticação e exclusão do *demos*. Em *O Cachoeirano*, destaca-se, na maioria das vezes, esse mesmo ideal, no qual o federalismo concebia a maior representação política do sul em detrimento dos interesses políticos da capital.

As linguagens da república no Espírito Santo: democracia, ordem e revolução

Aos poucos, os republicanos do sul passaram a demonstrar na imprensa certo ecletismo no uso da linguagem política, como, por exemplo, a equivalência semântica entre democracia e república, característica fundamental do republicanismo baseado no modelo liberal americano. Segundo o jornal *O Cachoeirano*:

Dado primeiro passo é preciso que o estandarte da democracia tremule sempre nas ameias do templo que aí esqueceste à liberdade de nossa pátria, ó cidadãos cachoeiranos! [...] O que dirá de nós a geração vindoura que terá de suportar o peso de tamanha responsabilidade?! Criminará a nossa indiferença amaldiçoando-nos por não termos seguido o exemplo dos imortais fundadores da pátria de Washington, dessa pátria que tem crise por abundância de ouro!⁶⁰

O jornal destacava os Estados Unidos como modelo ideal de governo, pois nele prevaleceria a liberdade. Em outros trechos, percebe-se a tentativa de inserir conotação negativa à monarquia, denominada como “planta exótica”, o que visava fortalecer a ideia de incompatibilidade com o país. Era também a monarquia, segundo esses críticos, responsável pela deterioração dos homens de bem do

60 O CACHOEIRANO, . Cachoeiro de Itapemirim, ano X, nº. 24, - 12 jun.1887.

país que “enquanto não estavam contaminados pelo vírus monárquico resistiam ao despotismo”⁶¹. Assim como os teóricos republicanos, assinaladamente Assis Brasil, os republicanos capixabas caracterizavam a monarquia representativa como um governo impossível:

Quem acompanha o movimento progressivo e a marcha ascendente do partido republicano no Brasil(sic) não poderá duvidar que dentro em pouco tempo os partidos monárquicos terão imprescindível necessidade de se coligar para defenderem essa planta exótica e raquítica para aqui transplantada pela dinastia bragantina. [...] Quem escreve estas linhas nunca pertenceu a nenhum dos partidos monárquicos [...]. Os outros governos, principalmente os regidos pelas monarquias representativas, não são mais do que meras tutelas; são consensos de eterna minoridade dos povos; imperfeições ante a filosofia, humilhações perante a história.⁶²

O jornal discutia frequentemente a objeção dos monarquistas de que a república levaria o Brasil forçosamente à anarquia, o que para os republicanos era entendido como argumento sem lógica, pois a república era, segundo eles, um governo racional.⁶³ Para os republicanos de Cachoeiro de Itapemirim, o estado da sociedade brasileira estaria clamando por uma nova ordem política, o que denunciava os malefícios da monarquia. Anarquia, na visão dos republicanos, era, na verdade, a desarmonia entre as instituições e a sociedade, mas a República instituída, e somente ela, harmonizaria a ordem e o progresso em um só projeto político.⁶⁴

Como mais um dos argumentos que corroboravam a necessidade da implantação da República no Brasil e do fim da monarquia, o jornal utilizou diversas vezes exemplos de governos republicanos que cercavam o país. Cedo ou tarde, diziam os republicanos, o Brasil iria

61 O CACHOEIRANO, . Cachoeiro de Itapemirim, ano XI, n.º 4, - 29 jan. 1888.

62 O CACHOEIRANO, . Cachoeiro de Itapemirim, ano X, n.º 50, - 11 dez. 1887.

63 O CACHOEIRANO, . Cachoeiro de Itapemirim, ano XI, n. 6, 12 fev. 1888.

64 Nessa proposição, também há indícios da influência da obra de Assis Brasil. BRASIL, Assis. A república federal. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, 1881. p. 45.

seguir o exemplo de seus países vizinhos.⁶⁵ Para intensificar a crítica e os malefícios da monarquia, o redator salientava diferenças entre o Brasil e países como Argentina e Chile, destacando estas como nações mais instruídas e com ampla discussão política.

Além de todas as críticas acima, o grupo acusava o Conselho de Estado de ser uma criação maquiavélica, na qual os juízes de direito eram indivíduos que agiam em prol de seus interesses particulares. No âmbito das finanças, citavam-se os impostos e a falta de equilíbrio orçamentário como consequência do governo monarquista.

O vocabulário político do partido mesclava conceitos de diversas linguagens republicanas. A vertente liberal americana tornava-se visível com a utilização das citações de Assis Brasil, Alberto Sales e de Quintino Bocaiúva. Também era possível identificar o pensamento positivista em meio aos conceitos de progresso, civilização e ordem, atrelados sempre à perspectiva de futuro. Curiosamente, vestígios do pensamento jacobinista de Silva Jardim também estavam presentes na linguagem política dos republicanos. Este último autor teve alguns de seus capítulos transcritos no jornal republicano capixaba, quase sempre nas colunas assinadas por Bernardo Horta.⁶⁶ Além das publicações, *O Cachoeirano* noticiou a reimpressão da obra *A República no Brasil*, de Silva Jardim, que seria distribuída no Espírito Santo. Em uma província marcada pela moderação política, a publicação de algumas palavras incisivas de Jardim demonstra o quanto a cultura política no Espírito Santo havia se modificado:

65 O CACHOEIRANO, . Cachoeiro de Itapemirim, ano XI, n.º 14, - 08 abr.1888.

66 O CACHOEIRANO. Cachoeiro de Itapemirim, ano XI n.º 43, - 21/ out.1888.

Os republicanos não devem querer morrer pela república, mas não devem ter medo de morrer; não devem querer matar nem ter medo de matar. A vida pátria vale mais do que tudo, e a pátria está em perigo. A república é urgente para os brancos e para os pretos, de que a monarquia não fez o caso; para os nacionais e para os estrangeiros; para os ricos e para os pobres; para todas as classes e pessoas.⁶⁷

Como destaca José Murilo de Carvalho,⁶⁸ Silva Jardim era considerado um republicano jacobinista, que pregava a República por meio da revolução, divergindo de Quintino Bocaiúva, líder republicano, que divulgava pensamento bem mais moderado, e almejava a república pela evolução.

Na linguagem política republicana no sul da província, os conceitos mais utilizados eram: soberania dos povos, direito, liberdade, federação e municipalidade. Os artigos revolucionários se intensificavam no jornal *O Cachoeirano* e chegou-se a lançar um concurso para o melhor hino republicano. Nos atos de fala empreendidos em conferências públicas, a retórica se concentrava em argumentos de fácil assimilação, talvez visando à adesão de público bastante diversificado.

O conceito de monarquia passou a ser associado à desordem e à ausência de progresso. Era o governo da mentira, dos altos gastos, dos impostos, que tudo definha e esteriliza. Tratando-se de uma localidade que sempre revelou sua simpatia pelo Imperador, os republicanos do sul ainda lançaram mão da linguagem de dessacralização da figura Real.⁶⁹ Baseando-se nas concepções de Assis Brasil sobre o Imperador,⁷⁰ os discursos e conferências encarregaram-se de desle-

67 O CACHOEIRANO., Cachoeiro de Itapemirim, ano XI, n. °42, - 14 out. 1888.

68 CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. Op. Cit.

69 O CACHOEIRANO. Cachoeiro de Itapemirim, ano XI, n. °41, - 07 out. 1888. CACHOEIRANO., Cachoeiro de Itapemirim, ano XI n.° 38, de 16 set.888.

70 BRASIL, Assis. Op. Cit., p. 29.

gitimar o poder do monarca. Por meio da comparação com monarcas como Carlos I e Luiz XVI, dados pelo republicano paulista, os capixabas também tentaram demonstrar ao povo que os reis não eram invioláveis, e sim passíveis de deposição. Perguntavam também ao povo qual nível de progresso o Brasil atingiria guiado por sua dinastia.⁷¹ Prolongando o mesmo argumento, na tentativa de retirar qualquer outra chance de outros membros da família real assumirem o trono, as críticas passaram a ser direcionadas à princesa Isabel, e, sobretudo, a seu marido, o Conde D’Eu.

Além de os malefícios vindos da pessoa do Imperador, a monarquia constitucional também era denominada o governo da mentira, já que sua prerrogativa era sempre a vontade do Imperador. O voto, na monarquia, não representava a afirmação da opinião pública, diziam os republicanos. A contradição entre o voto e a opinião pública no regime monárquico, exposta na linguagem dos republicanos do sul, parece novamente trazer à tona o pensamento de Assis Brasil: A república é a única forma de governo que se acomoda com o sufrágio universal, isto é, com a manifestação sincera e positiva da vontade nacional. Na monarquia, seja ela de que espécie for, o sufrágio universal é sempre radicalmente falseado.⁷²

Nos escritos de Bernardo Horta, a república simbolizava o exercício da virtude, tanto em caráter democrático, quanto cívico. A liberdade, para os republicanos do 2º distrito, só poderia ser alcançada pela virtude. A nova geração política aguardava um governo no qual o “cidadão é livre” e “sua arma é o direito”, em que o cidadão possuiria “comunicação livre com o poder”.⁷³

Nesse ponto, é importante ressaltar a dimensão clássica do republicanismo presente na linguagem do partido, destacada pelos conceitos de “virtude cívica” e “comunicação livre com o poder”. Tra-

71 Discurso de Antero de Almeida na instalação do Clube Republicano de Anchieta. Transcrito em: O CACHOEIRANO., Cachoeiro de Itapemirim, ano XI n.º 38, de 16 set.1888.

72 BRASIL, Assis. Op. Cit., p. 51.

73 O CACHOEIRANO, Cachoeiro de Itapemirim, ano XII, n.º 01, - 06 jan.1889.

zendo características intrínsecas ao humanismo cívico, o conceito de república foi então relacionado à virtude, assim como o voto tem relação direta com a opinião pública, ou seja, o bem comum. Como assinala Pocock,⁷⁴ a virtude é o que sustenta a estabilidade da república nos escritos de Maquiavel. Diferente do medievo, no “momento maquiaveliano”, a virtude foi, então, politizada. Para os republicanos de Cachoeiro, além da virtude, a comunicação com o poder precisava ser feita de forma direta, o que pressupõe a ideia de liberdade mais aproximada da chamada “liberdade dos antigos”⁷⁵. Os artigos de João Loyola e Silva n’O *Cachoeirano* também estampavam a preocupação com a participação popular. Na conferência pública que realizou em Cachoeiro,⁷⁶ Loyola e Silva destacou que a República seria a forma de governo que se identificaria com as tendências naturais do povo, já que o que dirigiria este sistema seria o direito do homem.

Os argumentos retóricos atestavam os múltiplos sentidos que o republicanismo assumia para os partidários capixabas do sistema. Os artigos de Afonso Cláudio, por exemplo, denunciavam os prejuízos dos proprietários de terra após a abolição, já que a lei não havia sido acompanhada de medidas complementares que auxiliassem na transição para a nova fase da lavoura, como a imigração.⁷⁷ Na maioria de suas contribuições na imprensa republicana, em Cachoeiro, o advogado discutiu sobre altos gastos da monarquia e a incompatibilidade entre o Império e progresso.

Segundo Afonso Cláudio, o objetivo da monarquia parecia ser o comprometimento com a manutenção da selvageria, visando fazer

74 POCOCK, John. *The machiavellian moment: florentine political thought and the Atlantic Republican tradition*. Princeton: Princeton University, 1975. p. 183.

75 CARVALHO, José Murilo de. *República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891*. Op. Cit. p. 148.

76 O CACHOEIRANO. Cachoeiro de Itapemirim, n. 42, 14 out. 1888.

77 Neste ponto, o discurso de Afonso Cláudio se assemelha às propostas dos republicanos paulistas. Como salienta Joseph Love, para os paulistas a questão da abolição estava totalmente relacionada à da imigração. LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 152.

do Brasil uma exceção na América.⁷⁸ A linguagem de Afonso Cláudio indicava maior aproximação com o positivismo, baseada nas ideias que propagava no jornal liberal de Vitória.⁷⁹ A monarquia, para o este republicano, inviabilizava a ordem e o progresso, até mesmo por meio das medidas econômicas e pela falta de auxílio aos proprietários de terra, como o alto valor das hipotecas cobradas aos fazendeiros. Ao homenagear o positivismo de Gambetta, por exemplo, evidenciava-se sua apologia à Terceira República Francesa,⁸⁰ e também seu comportamento moderado se comparado aos republicanos fundadores do clube de Cachoeiro. Para Afonso Cláudio, as qualidades de Gambetta como político residiam na política positiva baseada em fatos e não em abstrações, além de destacar sua cautela em não se aventurar em política. Gambetta era ainda o símbolo de negação do aspecto revolucionário, o que o tornava “o melhor baluarte da república contra a desordem e a anarquia”.⁸¹ Nos artigos de Afonso Cláudio não era perceptível, por exemplo, o debate sobre a participação popular, o que indicava seu pensamento político bastante coerente com a versão positivista da república. De acordo com José Murilo de Carvalho, a noção positivista de cidadania não incluía os direitos políticos, pois admitia somente os direitos civis e sociais. Nessa perspectiva, os cidadãos não seriam ativos, pois, na verdade, esperariam pela ação vinda do Estado.⁸²

Já a linguagem dos republicanos fundadores do clube, como Bernardo Horta, João Loyola e Antero Almeida, republicano de Anchieta, exibe aspectos mais contundentes com relação à participação popular na República. Os republicanos chegaram a inserir o conceito de

78 O CACHOEIRANO. Cachoeiro de Itapemirim, ano xx [inserir o ano do periódico], n. 33, 12 ago. 1888.

79 O Jornal *A Província do Espírito Santo* possuía clara adesão às ideias positivistas.

80 José Murilo de Carvalho aponta que a defesa de pensadores como Gambetta e da Terceira República caracterizava a argumentação do grupo republicano como positivista. CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 87.

81 O CACHOEIRANO., Cachoeiro de Itapemirim, ano XI, nº 39, - 23 set.1888.

82 CARVALHO, José Murilo de. *República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891*. Op. Cit., p. 54.

revolução no vocabulário do partido, advertindo da proximidade do momento oportuno para o movimento. A revolução, para os republicanos, possuía características de uma revolução popular:

As revoluções são nacionais ou populares, a nossa será popular porque o que nos falta, ao povo, são direitos e hoje estamos em um século que bem necessidade tem de apagar a legenda bíblica dos anjos exterminadores que brandindo espadas de fogo vêm para castigar a uns maus que contristam e estremezem a muitos [...]. A revolução sangüinária sucederá a revolução pacífica, natural, tão necessária a uma sociedade como a seiva às árvores. Congreguemo-nos todos e procuremos o motivo, o momento decisivo.⁸³

Somente na República, de acordo com os propagandistas, as pessoas sem importância política e social passariam a se destacar na política. Para exemplificar, destacam que Robespierre e Marat eram homens que não possuíam prestígio algum enquanto existia Luís XVI.⁸⁴ Na linguagem empreendida, os republicanos destacavam que na monarquia existia a prática de que somente um pequeno grupo tornava-se canalizador dos anseios políticos da nação. A república, neste sentido, levaria homens comuns ao debate político. O povo, como elemento coletivo e detentor da soberania, alcançaria na república o governo de si mesmo. Como assinala Carvalho, a visão do povo como entidade homogênea e elemento integrador da vontade geral também era vista em Silva Jardim, republicano de matriz jacobina. Para o autor, a defesa dos interesses do povo como voz coletiva fez com que Silva Jardim demonstrasse uma concepção de cidadania aproximada do modelo rousseauiano, preocupado com a participação direta do povo na política.⁸⁵

Deste modo, é possível identificar que concepções diferentes de república coexistiam dentro do grupo e, ao mesmo tempo, possuíam

83 O CACHOEIRANO. Cachoeiro de Itapemirim, ano XII, n.º 22, 02 jun.1889.

84 O CACHOEIRANO. Cachoeiro de Itapemirim, ano XI, n. 42, 14 out. 1888.

85 CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. Op. Cit., p. 46.

uma linguagem comum ao formularem significação para o conceito de república a partir das próprias demandas regionais e dos embates entre grupos locais.

Considerações finais: as ligações entre o sul e a causa republicana

Objetivou-se, a partir das especificidades da propaganda republicana centrada no sul do Espírito Santo, refletir sobre a heterogeneidade do ideário republicano e a consolidação de diferentes projetos políticos em uma mesma localidade. Explicitamos que esse fator foi bastante comum em diferentes províncias do Império. A província de São Paulo, por exemplo, demonstra a mesma variedade em projetos republicanos. Silvana Mota Barbosa⁸⁶ propôs em seus estudos a investigação acerca da dinâmica política e das especificidades do município de Campinas durante a propaganda republicana por meio dos impressos. Já as experiências republicanas do município de Franca tornaram-se objeto de investigação com a obra de Anderson Camelucci⁸⁷, que demonstrou as especificidades daquele município diante de outras propostas na província.

Na província do Rio Grande do Norte, por exemplo, ocorreu também a disputa entre projetos divergentes em meio à propaganda republicana⁸⁸, onde se confirmou a existência de seguidores da ala mais radical liderada por Silva Jardim, como também de uma vertente moderada, baseada nas ideias de Quintino Bocaiúva. Também no Paraná, segundo Corrêa⁸⁹, o movimento republicano cindiu-se em

86 BARBOSA, Silvana Mota. República das Letras: discursos republicanos na província de São Paulo (1870-1889). 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas, 1995.

87 CAMELUCCI, Anderson Luis. Crise Monárquica e as experiências de república no Município de Franca (1880-1906). 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

88 Ibidem.

89 CORREA, Amélia Siegel. Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicanos no final do século XIX. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Uni-

propostas divergentes, sendo uma mais ligada à elite política e econômica, e outra, concebida a partir de ideais mais radicais. No mesmo contexto, estudos sobre o Pará⁹⁰ também indicam o embate entre os partidos e projetos republicanos da região, acentuando a disputa pela liderança de ideias republicanas distintas.

A política em Vitória era formada por uma elite majoritariamente monarquista que desenvolveu, desde a primeira metade do Oitocentos, o que chamamos de “cultura política consensual”, beneficiada pela homogeneidade do grupo. Eram liberais e conservadores que propagavam adesão ao governo imperial, visando a ordem e a manutenção do poder político que adquiriram desde os tempos da capitania. Entre os monarquistas, figuravam o barão de Monjardim, Basílio Daemon e Aristides Freire. A Monarquia também possuía importantes aliados na região sul, indivíduos que eram beneficiados pelos mesmos poderes adquiridos durante o século XIX, em sua maioria fazendeiros e grandes negociantes.

Na capital também havia o projeto promovido pelos “positivistas do centro”, no qual estava a jovem geração do partido Liberal que, impulsionada pelo positivismo, ambicionava o progresso por meio da ordem. A monarquia, contudo, não se mostrou empecilho para o grupo⁹¹ que, sob a liderança de Moniz Freire, almejava a modernização da província. O clamor por melhorias locais provocou críticas ao poder da Corte e o apoio ao processo imigratório em detrimento da escravidão. Tais críticas, no entanto, nunca contestavam a legitimidade da monarquia constitucional. Como destacou Estilaque Ferreira,⁹² Moniz Freire se empenhava no processo de modernização que objetivava o desenvolvimento e a projeção da província no cenário

versidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

90 FARIAS, William Gaia. *A Construção da República no Pará (1886-1897)*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

91 Além de Moniz Freire, participavam deste grupo grandes nomes da política e da imprensa capixaba, como Cleto Nunes e Afonso Cláudio.

92 SANTOS, Estilaque Ferreira. *Escritos Políticos de Muniz Freire*. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2013. p.189.

nacional por meio do desenvolvimento da centralidade da capital. Freire buscou transformar Vitória em núcleo urbano-comercial, inserido no circuito mercantil externo. O pensamento evolucionista de Freire, no entanto, não abraçou o ideal republicano.

Embora adepto de ideias reformistas, como a abolição, a imigração e a descentralização, Moniz Freire não se declarava republicano. Em sua visão, o alcance de tais mudanças não demandava a derrubada do regime. Em discurso proferido pelo deputado em 20 de setembro de 1888, última sessão daquele ano, percebe-se o clamor de Moniz Freire pela efetivação do ideal federativo, garantindo autonomia das províncias. Na visão do liberal, era necessário que se instituisse de antemão tal mudança, a fim de assegurar a integridade nacional e as instituições fundamentais do Império. Freire, desse modo, parecia identificar que, caso não fosse realizada pelos próprios monarquistas, a reforma cairia nas mãos dos republicanos com a queda do Império.⁹³

A elite política monarquista, diferente do início do século XIX, deixou de ser um grupo homogêneo em 1880. A mudança no perfil dessa elite, no entanto, não indicou seu esfacelamento. O grupo possuía tamanha capacidade de aglutinar forças políticas que aspectos como local de nascimento, idade, profissão e escolaridade não eram o bastante para desfazer o vínculo que mantinham. A manutenção do poder por parte desse grupo foi sustentada pela ocupação de cargos públicos, indicações eleitorais, e, até mesmo, por relações familiares, como casamentos entre seus descendentes. Essa dinâmica fazia com que os jovens liberais positivistas também estivessem nos partidos monárquicos. O liberal Moniz Freire é exemplo da possibilidade de inserção de membros da nova geração política no grupo monarquista.

93 Discurso proferido pelo deputado Moniz Freire na 31ª sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo em 20 de setembro de 1888.

As formulações sobre o conceito de elites elaborado por Giovani Busino⁹⁴ nos auxiliam a entender o comportamento da elite política monarquista no Espírito Santo. De acordo com esse autor, não é necessário que a elite seja um grupo restrito e homogêneo, já que as estruturas de poder que nela existem são amorfas e indeterminadas. A existência de uma elite política não sinaliza um grupo fechado, mas sim a composição de elites múltiplas, e por vezes díspares, que podem cooperar entre si, se afrontarem, ou ainda se neutralizarem, como ocorreu na província.⁹⁵

Por que então, por volta de 1887, a elite política monarquista abriu brechas para um núcleo de embate no sul contra seu poder hegemônico?⁹⁶ A resposta reside em vários fatores. O primeiro deles, e talvez o mais contundente, é que, em nossa opinião, a preocupação com a cooptação de indivíduos por parte da elite monarquista na capital não foi a mesma com relação à nova geração do sul da província. Isso pode ser comprovado até mesmo pela perda de prestígio do Partido Liberal no sul.

Havia, desse modo, um grupo que, como parte de nova geração política, não se adequava ao ideário conservador, e tampouco via nos liberais da capital a solução para a maior representação política e para o fim da subserviência à Corte. Esse grupo era composto, em sua maioria, por profissionais liberais que viram no republicanismo o fim da negligência da Corte para com o Espírito Santo e da elite da capital para com os jovens políticos do sul. Além disso, mesmo arrecadando a maior parte dos impostos provinciais⁹⁷, a região não se via representada na mesma medida na Assembleia Provincial. Por lei, o

94 BUSINO, Giovani. *Les théories des élites: problèmes et perspectives*. Revue européenne des sciences sociales, Genève, t. 25, n. 76, p. 248-273, 1987. p. 254-255.

95 Ibidem, p. 264.

96A época de concretização do clube de Cachoeiro coincide com a consolidação da propaganda republicana em diversas localidades.

97 Em uma das sessões da Assembleia Provincial, por exemplo, um deputado indica que dos 449\$000 colocados para o orçamento provincial, 230\$000 eram provenientes da venda do café na região sul. O CACHOEIRANO. Cachoeiro de Itapemirim, ano VII, n.º 24, - 22 jun.1884.

número de deputados por distrito eleitoral era igualitário.⁹⁸ No entanto, as 11 vagas destinadas ao sul eram sempre ocupadas por membros da antiga elite monarquista, perpetuando o direcionamento político imposto por Vitória.⁹⁹ Por outro lado, a análise da linguagem política empregada pelos republicanos indica a retórica embasada nas demandas locais, com a tentativa de travar o controle político da capital e da Corte, que, unidas, dominavam a política provincial.

O impacto da Lei Saraiva, de 1881¹⁰⁰, também pode estar relacionado à demanda por representação política por parte do sul, sobretudo pela região do Itapemirim.¹⁰¹ O estudo empreendido por Alexandre Bazilio¹⁰² acentua mudanças no perfil do eleitorado e indica a clara diminuição do número de eleitores na província. Se analisarmos os números dados por Bazilio, percebe-se que, em 1878, a região de Itapemirim possuía 9.609 habitantes, a maior população da província, perfazendo também o maior número de votantes: 1.080 indivíduos. Após a Lei Saraiva, o sul perdeu mais da metade de seu eleitorado. Cachoeiro de Itapemirim, por exemplo, perdeu 53% dos eleitores, enquanto a localidade de Veado sofreu a diminuição de 80%. Já em Rio Pardo, houve a diminuição de 91%, e, em Itabapoana, de 73%. Destaca-se, no entanto, o drástico declínio do número de eleitores em Itapemirim, que de maior eleitorado da província, passou a contar somente com 112 eleitores. Além das perdas na região sul, é necessário destacar a proeminência da capital após a reforma eleitoral. Vitória

98 Após a Lei Saraiva, a província foi dividida em dois distritos. Cada um deles poderia eleger 11 deputados.

99 A análise da listagem de deputados provinciais comprova que nenhum dos republicanos ocupou cargo na Assembleia provincial neste período.

100 A Lei Saraiva, instituída em 1881, gerou mudanças no processo eleitoral do Império. As eleições que antes ocorriam em duas fases, passaram então a contar com apenas o voto direto. A nova lei excluía do pleito os que tinham renda anual menor que 200\$000 réis, ou que não pudessem comprovar tal renda, além dos analfabetos.

101 Compreende-se aqui também a localidade de Cachoeiro de Itapemirim.

102 BAZILIO, Alexandre de Oliveira. *Das urnas para as urnas: o papel do juiz de paz nas eleições do fim do Império (1871-1889)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012. p. 171.

foi o município onde houve menor declínio, passando a ter o maior eleitorado na província, com 211 eleitores.

Destaca-se ainda que os republicanos se viam alijados do poder político, mas, sobretudo, beneficiados pela aproximação geográfica com as províncias de maior peso político – Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – o que facilitou o contato com as ideias republicanas. John Wirth também destacou as mesmas características para o sul de Minas Gerais, quando discutiu o mosaico mineiro e o contato com regiões republicanas.¹⁰³ No entanto, a exclusão política e o elemento geográfico podem não ser os únicos fatores que impulsionaram forças republicanas na região. Como já citado, os impostos cobrados dos municípios pareciam afetar não somente os grandes proprietários que exportavam café no sul, mas também profissionais liberais, pequenos comerciantes e artesãos, categorias que coincidem com a ocupação da maioria dos fundadores do clube republicano. Farmacêuticos, relojoeiros, comerciantes e pequenos prestadores de serviço já não suportavam o peso dos orçamentos votados pela Assembleia Provincial.

Era necessário, assim, afastar-se da esfera de poder dos monarquistas. Dadas tais condições, o grupo propagandista do fim do Império identificou a república como o fim dos altos impostos e como a oportunidade de maior participação política da região sul, que se daria por meio da ocupação de cargos no legislativo. Bernardo Horta, líder do movimento republicano, passou a entender desde o final da década de 1870 que a obstrução aos cargos políticos não vinha somente dos conservadores, mas da prevalência dos liberais da capital em detrimento dos candidatos do sul.¹⁰⁴ Foi dessa forma que a nova geração política do sul percebeu que somente a terceira via funcionaria como solução política aos problemas do grupo daquela região.

¹⁰³ John Wirth, ao estudar a maior intensidade do republicanism no sul de Minas Gerais, também destacou a proximidade desta localidade com as Províncias de São Paulo e Rio de Janeiro.

¹⁰⁴ Para o entendimento da exclusão de candidatos do sul da província em nome de pactos entre a elite do centro e a Corte é interessante realçar as fraudes das eleições de 1878. VIANNA, Karulliny S. Imprensa e partidos políticos na Província do Espírito Santo, 1860-1880. Vitória: IHGES, 2013.

Referências

I. Jornais e Periódicos

BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO

A Folha da Victória

A Província do Espírito Santo

A Regeneração

A Tribuna

O CACHOEIRANO. Cachoeiro de Itapemirim. [1880-1889].

O Constitucional

O Espírito-Santense

HEMEROTECA DIGITAL

II. Obras de Apoio

ALMADA, Vilma Paraíso. *A escravidão na história econômico-social do Espírito Santo*. Niterói: Graal, 1981. p. 48.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARBOSA, Silvana Mota. *República das Letras: discursos republicanos na província de São Paulo (1870-1889)*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas, 1995.

BOEHRER, George C. A. *Da Monarquia à República: história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954.

BRASIL, Assis. *A república federal*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, 1881.

BUSINO, Giovanni. *Les théories des élites: problèmes et perspectives*. *Revue européenne des sciences sociales*, Genève, t. 25, n. 76, p. 248-273, 1987.

CAMELUCCI, Anderson Luis. *Crise Monárquica e as experiências de república no município de Franca (1880-1906)*. 2008. Dissertação de Mestrado – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

- CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- _____. *República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891*. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 141-157, jun. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2FaTnIT>>. Acesso em: 3 nov. 2015.
- CLÁUDIO, Afonso. *História da propaganda republicana*. Vitória: Graf. Espírito Santo, 2002.
- FARIAS, William Gaia. *A Construção da República no Pará (1886-1897)*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- CORREA, Amélia Siegel. *Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicanos no final do século XIX*. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.
- FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 54.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *A República na velha província: oligarquias e crise do estado do Rio de Janeiro (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p. 12.
- FREIRE, Mário Aristides. *A República no Espírito Santo: a suposta surpresa do movimento*. Vitória, *Revista do IHGES*, n. 12, novembro de 1939.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1990.
- LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. *Rio Grande do Sul and Brazilian regionalism, 1882-1930*. Stanford: Stanford University Press, 1971.
- MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. *A economia política do café com leite (1900-1930)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG: Proed, 1981.
- _____. *O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930)*. Tradução Vera Alice Cardoso Silva. Belo Horizonte: Crisálida:

- ICAM, 2009
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida*. Rio de Janeiro: Ed. FGV: Edur, 2007.
- COSTA, Deane Monteiro Vieira. Cachoeiro de Itapemirim – um Clube Republicano e um herói. *Estação Capixaba*, 2002. Disponível em: <<https://bit.ly/2PsTzs4>>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- PINTO, Céli Regina. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS:1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- PINTO, Surama C. S. *Só para Iniciados... o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2011.
- POCOCK, John G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- _____. *The machiavellian moment: florentine political thought and the Atlantic Republican tradition*. Princeton: Princeton University Press, 1975.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906*. Belo-Horizonte: UFMG: Proed, 1982.
- SALETTTO, Nara. *Partidos políticos e eleições no Espírito Santo da 1ª República*. Vitória: Edufes, 1998.
- _____. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996.
- SANTOS, Adilson Silva. *Um republicano histórico no Espírito Santo da primeira república: a carreira De Bernardo Horta De Araújo (1887-1913)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGHIS-UFES, 2009.
- SANTOS, Estilague Ferreira. *Escritos Políticos de Muniz Freire*. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2013.
- _____. José de Melo Carvalho Moniz Freire. *Vitória: Espírito Santo em Ação*, 2012.
- VIANNA, Karulliny S. *Imprensa e partidos políticos na província do Espírito Santo, 1860-1880*. Cadernos de História, IHGES, 2013.
- VISCARDI, Cláudia Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.
- _____. *Unidos perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro*. Curitiba: CRV, 2017.
- SILVEIRA; Godofredo da. *Almanak administrativo, mercantil, industrial e agrí-*

cola da Província do Espírito Santo. Vitória: Tip. da Província do Espírito Santo, 1884-1889.

Recebido em: 27/09/2017 – Aprovado em: 22/09/2018

(Footnotes)

1* Afonso Cláudio era um dos colaboradores na redação do jornal *A Província do Espírito Santo*.

2** A definição do posicionamento político do periódico *A Regeneração* foi feita com base na análise de suas publicações, sobretudo, as transcritas em *O Cachoeirano*, onde se destaca o posicionamento republicano do jornal de Anchieta.